

Junho de 2022

Mensalidade em universidades públicas



Mensalidade em universidades públicas: conheça o projeto, pontos contrários e favoráveis, e como ele impactaria a economia.

O projeto

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 206/2019, de autoria do deputado federal General Peternelli (União Brasil-SP) faz referência um relatório do Banco Mundial de 2017 que recomendou o fim de gratuidade nas universidades públicas do país e a um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que apontou em 2018 que, em 20 de 29

países estudados, havia cobranças em universidades públicas.

O projeto sugere que o valor máximo da mensalidade seja o equivalente a 50% do cobrado por cursos de universidades particulares da região, mas reforça que esse percentual deverá ser alvo de mais estudos e análises. Além disso, os recursos obtidos dessa cobrança devem ser geridos para o próprio custeio da unidade de ensino de modo a garantir a gratuidade àqueles que não tiverem recursos suficientes.

Para isso, a checagem para analisar se o estudante teria ou não condições de pagar a mensalidade seria realizada mediante um tipo de “comissão de avaliação” da própria instituição e que seria necessário a criação de um cadastro para que estes indivíduos integrem o sistema de gratuidade promovido pelo Ministério da Educação. Seria então tomada a decisão sobre a concessão de bolsas, que variam entre 30% e 100% do valor da mensalidade, para os alunos mais pobres.

A diferença entre as universidades Federais, Estaduais e Privadas.

Muito se diz a respeito da diferença entre os custos que um estudante gera para o Estado ao longo de sua jornada na universidade pública com um estudante do sistema privado.

Para exemplificar, entre os anos de 2013 e 2015, a média do custo de um estudante em uma universidade privada com fins lucrativos era de R\$ 14.850, em comparação, a média em universidades federais e estaduais eram, respectivamente, cerca de R\$40.900 e R\$32.200.

Porém, utilizar tais valores como argumento é, de fato, algo errôneo, uma vez que uma análise qualitativa deve ser feita acerca do nível de qualidade do ensino, tanto privado como público. Com isso, temos que não necessariamente o custo em universidades públicas diminuiria caso optassem por privatizá-las.

Como isso pode afetar a vida dos estudantes

O estudo gratuito é um direito da população segundo o Artigo 54 da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, hoje existem diversas faculdades públicas com milhões de alunos matriculados. Fazendo uma análise sobre as universidades do Brasil, vemos que em um ranking das 10 melhores faculdades do país, 8 são faculdades públicas, segundo o QS World University Rankings, caso esse projeto fosse aprovado a vida de diversos estudantes seriam impactadas negativamente.

Logo, é possível perceber que o ensino das faculdades públicas possuem uma boa qualidade, conseqüentemente, formam bons profissionais para o mercado de trabalho. Um ponto importante para essa realidade, é o fato que muitos estudantes precisam de bolsa auxílio para conseguirem se manter nesse período estudantil, seja uma bolsa moradia, alimentação ou transporte, e conseqüentemente um aluno que participa desse benefício dificilmente teria condições de arcar com esses novos custos.

No Brasil, existem algumas modalidades de financiamento estudantil, sendo os mais conhecidos o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e conforme os dados divulgados esse ano, há cerca de 1,3 milhão de alunos inadimplentes. Isso é um projeto que dá a oportunidade para jovens conseguirem acessar o ensino superior em faculdades privadas e que teoricamente oferecem parcelas que cabem no bolso, e se 1,3 milhão de alunos estão nessa condição, é duro imaginar o que acontecia com os alunos do ensino público.

No EUA, onde não possui faculdade gratuita como no Brasil, muitos dos alunos precisam financiar os seus estudos. A dívida estudantil é a segunda principal causa de endividamento para as famílias do país, atrás apenas das hipotecas e, portanto, uma das grandes preocupações da sociedade americana. A média da dívida estudantil americana é de US\$34 mil, mas facilmente passam os US\$100 também.

Portanto, a aprovação desse projeto pode impactar negativamente a vida de muitos estudantes, historicamente os alunos com menos condições já possuem chances menores de conseguirem o acesso a faculdades gratuitas e a implementação de uma mensalidade seria mais uma barreira. Caso seja possível o financiamento da graduação, podemos ver que esses jovens podem iniciar a vida profissional com uma grande dívida também, podendo aumentar ainda mais caso eles desejem realizar algum outro curso.

Relação com a Economia

Como foi apresentado anteriormente, a mensalidade tem o intuito de arrecadar verbas para o Estado fazer o reinvestimento na própria universidade em prol dos alunos. Importante ressaltar que todos os brasileiros já pagam impostos, e parte dessa arrecadação é destinada ao setor de educação.

Além disso, nas últimas semanas foram divulgadas informações sobre o corte de verba destinada as universidades federais, passando

de bilhões. O ministro da Educação, Victor Godoy, informou que o corte será de 7,2% invés de 14,5% como foi informado anteriormente. No dia 20 de maio, o Ministério da Economia informou sobre um bloqueio de R\$8,2 bilhões no orçamento do ano de 2022, podendo aumentar ainda mais até o final deste ano.

Já em relação a população, sabemos que através de pesquisas e estudos, uma pequena parcela da população brasileira possui o conhecimento sobre investimentos e é ainda menor a parte que realmente investem o seu dinheiro. No mundo das finanças, sabemos que o tempo é maior aliado do investidor, por conta do juros compostos. Então, havendo a cobrança de mensalidade nas faculdades, isso pode fazer com que diminua a oportunidade daquele jovem que está começando a investir e montar a sua carteira.

Pontos Contrários

As opiniões contrárias à PEC 206 permeiam diversos setores do país. Pode-se analisar sobre a ótica de gestão, onde é questionado que o debate em torno da questão financeira das universidades deveria ser primeiro pautado no congelamento de investimentos na educação pública do Brasil e não em uma cobrança a mais. Além disso, reforçam que o estado brasileiro tem a obrigação de fornecer educação e que a população já realiza um pagamento por ela através de tributos.

Outra questão levantada é de que o país atravessa uma crise econômica e de desemprego e que essa proposta está desvinculada de qualquer tipo de solução para os problemas emergenciais e estruturais da educação no país.

Também apontam para uma crise do ensino superior como consequência da PEC 206, uma vez que existe o risco de endividamento de famílias e isso se tornar uma barreira à permanência estudantil. No mais, outro ponto de preocupação é que haja uma redução dos recursos públicos destinados às universidades, que hoje é a principal fonte de financiamento do ensino superior público.

Pontos Favoráveis

Já os favoráveis partem da premissa de que a gratuidade das universidades, ao ser generalizada, gera distorções gravíssimas pois aumenta a discrepância de oportunidades de crescimento profissional entre os ricos e os mais pobres. Ou seja, quem tem menos condição não teria como alcançar um patamar de igualdade em relação a quem tem mais. O relator da proposta defende também que os mais pobres são “reféns de escolas públicas sub financiadas e pagam pela universidade pública frequentada, em regra, por pessoas com renda superior”.

Além do mais, reforçam que o dinheiro oriundo dessas cobranças será investido em pesquisa, tecnologia e ciência para a própria universidade e que isso melhoraria as condições estruturais da instituição. Em suma, garantem que essa proposta não desprestigia a educação superior pública, uma vez que os alunos que antes já não conseguiam pagar a universidade continuarão com essa gratuidade.

Conclusão

Diante do cenário discutido, vê-se que o projeto que objetiva a cobrança de mensalidades em universidades públicas é alvo de diversos tipos de opiniões que muitas vezes se confrontam. Também, analisando o proposto pela PEC 206, pôde-se perceber que vários pontos precisam de um maior desenvolvimento e estudo para uma possível aplicação real. Por exemplo, a porcentagem do valor cobrado àqueles que se encaixam no perfil de pagante, bem como a própria forma de avaliação desse perfil. Isso mostra que um simples erro ou a falta de análises mais detalhadas podem comprometer os estudantes e sua família no quesito financeiro colocando-os em uma condição distinta da realidade em que se encontram.

**Bianca Freitas
Ricardo Mena
Thiago Otsuka**

Disclaimer

Avisos – As informações contidas nesse artigo foram obtidas de fontes abertas ao público em geral, mas consideradas pelo(s) membro(s) da Liga do Mercado Financeira como confiáveis e fidedignas. A Liga do Mercado Financeiro não responde legalmente com nenhum tipo de garantia, uma vez que este artigo tem apenas fins didáticos e não consiste de forma alguma como recomendação ou análise de um profissional.